

**DISCURSO DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS NO  
SEMINÁRIO DA ORGANIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES SUPERIO-  
RES DE CONTROLO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE  
LÍNGUA PORTUGUESA (OISC/CPLP)<sup>1</sup>**

*Vitor Caldeira*

---

<sup>1</sup> Funchal, 15 de setembro de 2017.



## **O PAPEL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NO CUMPRIMENTO DA AGENDA 2030 DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

- Exmo. Senhor Representante da República para a Região Autónoma da Madeira, **Conselheiro Ireneu Cabral Barreto**
- Exmo. Senhor Presidente do Conselho Diretivo da OISC/CPLP, **Conselheiro Presidente Julião António**
- Exmo. Senhor Secretário-Geral da OISC/CPLP, **Ministro Walton Alencar Rodrigues**,
- Exma. **Senhora Conselheira Laura Tavares da Silva**,
- Senhores Conselheiros,
- Minhas Senhoras e meus Senhores,

A Organização das Instituições Superiores de Controlo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (OISC/CPLP) tem por missão fundamental *promover o aperfeiçoamento dos seus membros mediante a cooperação e a criação de capacidades nas áreas do controlo externo das finanças públicas.*

No quadro da cooperação técnica entre as Instituições que fazem parte desta Organização foi prevista, no Plano Estratégico 2017-2022, a realização de um Seminário no domínio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

Ficou assim acordado que o Seminário da OISC/CPLP, a realizar em 2017 pelo Tribunal de Contas de Portugal, seria dedicado ao tema dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecidos na Agenda 2030 da ONU. Este tema tem, aliás, merecido a atenção da comunidade internacional dos Tribunais de Contas e Instituições congéneres, máxime na INTOSAI.

Esta organização contempla este relevante assunto no seu Plano Estratégico 2017-2021, incluindo mesmo os ODS entre as suas cinco prioridades transversais.

Assim, na *Declaração de Abu Dhabi*, aprovada no último INCOSAI, realizado em dezembro de 2016, a INTOSAI reconhece a importância da reali-

zação de auditorias relacionadas com os ODS, considerando quatro abordagens que podem ser adotadas pelas Instituições Superiores de Controlo neste domínio:

- Avaliar a aptidão dos governos nacionais para implementar, monitorar e informar sobre o progresso dos ODS e, posteriormente, auditar o funcionamento dos sistemas criados para o efeito e a fiabilidade dos dados produzidos;
- Realizar auditorias de desempenho que examinem a economia, eficiência e eficácia dos programas governamentais-chave que contribuam para aspetos específicos dos ODS;
- Avaliar e apoiar a implementação do Objetivo 16, que se propugna a existência de instituições públicas eficazes, responsáveis e transparentes;
- Dar o exemplo e ser um modelo de transparência e *accountability* nas suas atividades.

Já a XXVI Assembleia Geral da OLACEFS, realizada em outubro de 2016, foi dedicada ao tema da Agenda 2030. Neste evento, o foco foi a perspetiva da promoção da participação popular no acompanhamento e fiscalização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Na Declaração aprovada em *Punta Cana* foi reconhecida a importância do reforço da participação dos cidadãos nas ações de fiscalização da gestão pública relacionadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Compreende-se bem a atenção que a comunidade internacional das ISC tem vindo a dedicar ao tema do ODS.

Decorridos 15 anos sobre a *Declaração do Milénio* da ONU, foi aprovada, em Nova York, a Agenda 2030 onde se definem 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável.

Sem perder de vista o trabalho desenvolvido desde 2000, a *Agenda 2030* alarga o leque de objetivos a prosseguir ao mesmo tempo que introduz uma nova abordagem para o desenvolvimento sustentável: Estamos perante objetivos de uma comunidade de mais de sete mil milhões de pessoas que poderão, juntas, alcançar algo que seja maior do que a soma dos desafios diários que enfrentam nos respetivos países.

Saúde, educação, igualdade de oportunidades, energia sustentável, crescimento económico inclusivo e redução das desigualdades, infraestruturas resilientes, qualidade do ambiente e consumo sustentável, etc: todos estes objetivos são desafios globais que afetam todos os países do mundo.

Como observou o então Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, "*A Agenda de 2030 obriga-nos a olhar para além das fronteiras nacionais e interesses de curto prazo e agir em solidariedades de longo prazo. Não podemos mais permitir-nos pensar e agir em silos*".

Os Tribunais de Contas e Instituições congéneres são, hoje, enquanto auditores públicos independentes, instituições que alertam para os riscos, fornecem garantias, formulam recomendações e responsabilizam os agentes públicos, tendo em vista uma gestão financeira eficaz, eficiente, responsável, transparente e que garanta que os cidadãos sabem como é utilizado o seu dinheiro.

Através do exercício do seu mandato, podem contribuir para a existência de políticas públicas sustentáveis, com impacto na sociedade e nas condições de vida das respetivas populações.

É neste quadro que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos na Agenda 2030 das Nações Unidas assumem um especial relevo para a atividade dos Tribunais de Contas.

Isso mesmo foi expressamente reconhecido pela Assembleia Geral da ONU que, em Resolução de 2014, sublinhou a importância dos Tribunais de Contas e instituições congéneres na promoção da transparência, da *accountability* e de uma utilização mais eficaz e eficiente dos recursos financeiros públicos, em benefício dos cidadãos.

Desafios globais apontam para soluções coordenadas. No domínio da auditoria pública suscita-se, então, a pertinência da realização de auditorias coordenadas em matéria de ODS.

Neste Seminário espera-se uma discussão frutuosa deste tema, desdobrado nas seguintes questões centrais:

- Que papel devem ter os Tribunais de Contas e Instituições congéneres no cumprimento da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável? Como proceder à sua concretização?

- Como pode a OISC/CPLP apoiar as ISC no acompanhamento da implementação da Agenda de 2030?

Estou certo de que os saberes, experiências e ideias que serão partilhados neste Seminário muito contribuirão para o trabalho das ISC da CPLP e serão de grande valia para os cidadãos dos nossos países, que anseiam por condições de vida compatíveis com as ambições expressas nos ODS.

Muito obrigado!